



**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E
RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE
PÚBLICA (PPR-ESP)**

Cesar Antônio Cesa

Prefeito Municipal

Cristiano da Silva Costa

Vice Prefeito

Daiane Biff

Secretário(a) Municipal da Saúde

Maureci Raul Rodrigues

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Cristiano Coral

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Dione Cesa

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Guilherme de Oliveira Fonseca

Ponto focal do VIGIDESASTRE Municipal

ARARANGUÁ

143 anos

Prefeito(a) Municipal

Cesar Antônio Cesa

Vice-Prefeito(a)

Cristiano da Silva Costa

Secretário(a) Municipal de Saúde

Daiane Biff

Diretor da Fundação Ambiental de Araranguá - FAMA

Maureci Raul Rodrigues

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Cristiano Coral

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Dione Cesa

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Guilherme de Oliveira Fonseca

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável(eis)
Revisão 0	26/09/2022	Versão Preliminar - v.1.1	Henrique.P.M. Besser Guilherme Fonseca de Oliveira
Revisão 1	06/09/2023	Versão Preliminar - 2023	Guilherme Fonseca de Oliveira
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via SGPe

<https://docs.google.com/document/d/1aOSNTf1XBljd7g9eWpsfbXFhrhhTsgVQ92m84DGpU6E/edit>

Local	Responsável	Nº Processo
CEO- Centro de	Lídia Beatriz Périco	(48) 98451-7187

Especialidades Odontológicas	Pirolla	
SAE - Serviço de atendimento especializado em Dsts/HIV/Hepatites virais/Tuberculose e Hanseníase	Tiane Ramos do Canto	(48) 99985-1626
Caps- Centro de atendimento psicossocial	Aline Dias Ferreira	(48) 99995-0030
Ambulatório de Álcool e Outras Drogas	Sabrina Oliveira de Matos	(48) 99917-5090
Farmácia Municipal	Cinara Michels da Costa	(48) 99666-6306
Serviço Social	Marta Viviana Bonotto	(48) 99149-8891
Imunização	Vera Lúcia Leal de Oliveira	(48) 99625-6680
Núcleo de Saúde da Mulher e Especialidades	Viviane Steckert	(48) 99667-1394
Coordenação da Atenção Básica de Saúde	Maria Aparecida Idalêncio Daniel	(48) 98825-4903
Vigilância Epidemiológica	Cláudia Beatriz Bertoncini Zanette / Telvio Botelho Caetano Junior Jádna da Rosa de Souza	(48) 99976-4608
Vigilância Sanitária	Guilherme Fonseca de Oliveira	(48) 99648-6197

Central de Agendamentos	Naiara Borba de Sousa	(48) 99626-3533
Central de Regulação	Renata Dandolini	(48) 99135-0531
Almoxarifado Central	Kelly Cardoso Urbano	(48) 99989-7842
Bem Estar Animal	Ana Clara Martins Ramos	(48) 99993-3191
Clínica Municipal de Fisioterapia e psicologia de Araranguá	Cristiany Duarte	(48) 99964-9145
Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 HORAS	Ellen Bittencourt de Souza Lazzaretti	(48) 99976-4608
Setor de Tecnologia e Informação da Saúde (TI Saúde)	Marcelo dos Santos Huber	(48) 99601-2175
Coordenação Especialidades	Tatiana de Prá	(48) 99954-5396
Transporte	Bruna Fernandes	(48) 99165-5681

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefones
--------	------	--------	-----------

Secretário Municipal de Saúde	Daiane Biff	saude@ararangua.s c.gov.br	(48) 35211500
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Guilherme Fonseca de Oliveira	ararangua.vigidesast res@gmail.com visaaru@yahoo.com	(48) 996486197

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes:
I. Dr. Henrique Besser
II. Guilherme Fonseca de Oliveira
Colaboradores:
I. Fernanda Rosso
II.
Revisores
I.
II.

Lista de Abreviaturas

AB - Atenção Básica

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

ADAN - Avaliação de Danos e Análise de Necessidades

AF - Assistência Farmacêutica

AIH - Emissão de Autorização de Internação Hospitalar

AMBCD - Associação de Moradores do Bairro do Córrego d'Antas

AMBU - Bolsa-valva-máscara

AVADAN - Avaliação de Danos

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CCZ - Centro de Controle de Zoonoses

CGVAM - Coordenação Geral e Vigilância em Saúde Ambiental

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CGSH/DAE/SAS/MS - Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do

Departamento de Atenção Especializada da Subsecretaria de Atenção à Saúde do

Ministério da Saúde

CIEVS - Centro de Informações Estratégicas de Vigilância e Resposta em Saúde

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CRID - Centro Regional de Información sobre Desastres

COE - Comitê Operativo de Emergências

COMPDEC - Coordenação Municipal de Defesa Civil

CVZ - Controle de Vetores e Zoonoses

DAHU - Atenção Hospitalar e Urgência

DAPES - Ações Programáticas Estratégicas

DDA - Doença Diarreica Aguda

DSAST - Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador

ESF - Estratégia Saúde da Família

FIDE - Formulário de Informações de Desastres

GLP - Gás Liquefeito de Petróleo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMRAS - Informação e Monitoramento de Serviços e Redes de Atenção à Saúde

MS - Ministério da Saúde

MSF - Médicos sem Fronteiras

NUDEC - Núcleos Comunitários de Defesa Civil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAISC - Programas de rotina: Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança

PAISI - Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso

PO - Planejamento e Orçamento

PPR - Plano de Preparação e Resposta

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

P2R2 - Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências

Ambientais com Produtos Químicos Perigosos

RAC - Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

Reger-CD - Rede de Gestão de Risco da Bacia do Córrego d'Antas

SAA - Sistema de Abastecimento de Água

SAI - Solução Alternativa Individual

S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SIH-SUS - Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde

SES - Secretaria Estadual de Saúde

SIS - Sistemas de Informação em Saúde

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

TFD - Tratamento Fora de Domicílio

VAN - Vigilância Alimentar e Nutricional

VE - Vigilância Epidemiológica

Vigiagua - Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

VMP - Valor Médio Permitido

VISA - Vigilância Sanitária

VSA - Vigilância em Saúde Ambiental

VISAT - Vigilância em Saúde do Trabalhador

VMP - Valor Médio Permitido

Lista de Figuras



(Mapa territorial do município de Araranguá)

Sumário

1. Apresentação

1.1 Objetivo Geral

1.2 Objetivos Específicos

2. Marco legal e normativo

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

3.3 Atividades Econômicas

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

3.4.2 Pluviometria

3.4.3 Pedologia

3.5 Hidrografia

3.6 Saúde

3.7 Assistência Social

3.8 Segurança

3.9 Obras

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

4.1 Desastres Naturais e Antropogênicos Ocorridos nos Últimos dez anos

4.2 Relatório Gerencial - Reconhecimento Realizados

4.3 Relatório Gerencial - Reconhecimento Vigentes - 2022

4.4 Relatório de Setores de Alto e Muito Alto Risco em Área Urbana

5. Gestão de Risco em Desastres

5.1 (Inserir a classificação do desastre, de acordo com o COBRADE)

5.2.1 Redução de riscos

5.2.2 Resposta

5.2.3 Recuperação

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

6.2 Sala de situação

7. Informações à população

8. Capacitações

9. Referências

10. Glossário

11. Anexos

1. Apresentação

O Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública - PPR-ESP para processos geológicos, hidrológicos, climatológicos, meteorológicos e biológicos do município de Araranguá-SC, é um plano previamente elaborado para orientar as ações de preparação e resposta a um determinado cenário de risco em desastres, caso o evento adverso venha a se concretizar. Ele define as ações a serem desenvolvidas pela vigilância em saúde, para atender as emergências e as responsabilidades que a cada um incumbem.

O mesmo deverá ser aplicado tanto no perímetro urbano quanto no perímetro rural do município de Araranguá, com vistas a contribuir com as políticas públicas de saúde baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, voltadas à prevenção e resposta a desastres e a atuação da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

O plano também contém informações sobre as características da área e sistemas envolvidos. Seu intuito principal é treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e situações anormais. Nos orienta a implementar os procedimentos administrativos, logísticos e operacionais que possibilitem minimizar o sofrimento das pessoas atingidas em razão dos desastres na cidade de Araranguá. Elaborado com antecedência, ele ajuda a facilitar as atividades de preparação e otimizar as atividades de resposta.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida por meio da Lei 12.608 de abril de 2012, prevê que as ações de proteção e defesa civil sejam organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Assim, para cada uma delas há responsabilidades específicas, ao mesmo tempo em que se considera que façam parte de uma gestão sistêmica e contínua. O conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente.

O Regulamento Sanitário Internacional (RSI) é o instrumento jurídico internacional elaborado com a finalidade de proteger os países da disseminação internacional de doenças. Introduziu o conceito de emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII). Envolve 194 países, incluindo todos os Estados Membros da OMS, e tem como principal objetivo auxiliar a comunidade internacional a prevenir e responder aos riscos agudos de saúde pública que possuem o potencial de atravessar fronteiras e ameaçar a população mundial. Abrange, portanto, todas as ameaças ou riscos à saúde que possam interferir com o tráfego e o comércio internacionais. O (RSI) estabelece no **ANEXO 1** a Capacidade Básica Necessária para Vigilância e de Respostas, para um bom entendimento, adotamos as mesmas definições deste documento.

1.1 Objetivo Geral

Estruturar as ações da gestão municipal de resposta às emergências em saúde pública e de seus desdobramentos, no nível interinstitucional, considerando a área de atuação do SUS.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos do PPR-ESP do município de Araranguá,

- 1) Contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;
- 2) Priorizar os programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações voltados aos desastres na saúde pública.
- 3) Proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

- 4) Incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços na saúde pública;
- 5) Fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para a saúde pública;
- 6) Fiscalizar e solicitar relatórios e diagnósticos da situação local referente ao abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, manejo das águas pluviais e drenagem urbana, além do diagnóstico social.
- 7) Elaborar cenários de crescimento para auxiliar no planejamento estratégico das ações a serem executadas nos setores que compõem a secretaria municipal de saúde de Araranguá;
- 10) Fixar metas para a universalização do acesso aos serviços de saúde pública com qualidade, integralidade, segurança, sustentabilidade ambiental, social e econômica, regularidade e continuidade baseadas nas características locais;
- 11) Definir Programas, Projetos, Ações e Propostas de Intervenção;
- 13) Estabelecer instrumentos de avaliação e monitoramento das ações em voltados à preparação e respostas a emergências em saúde pública;
- 14) Estabelecer estratégias e ações para promover condições sanitárias, salubridades, a qualidade de vida e a educação ambiental nos aspectos relacionados ao vigilância sanitária;
- 15) Fiscalizar as condições técnicas e institucionais para a garantia da qualidade e segurança da água para consumo humano e os instrumentos para a informação da qualidade da água à população;
- 16) Acompanhar ações de promoção a redução na geração de resíduos sólidos, estabelecendo práticas de reutilização e soluções de reciclagem;
- 17) Assegurar o controle social garantindo à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação;
- 18) Planejar os procedimentos a serem adotados pela Secretaria Municipal da Saúde de forma coordenada com os outros órgãos da gestão municipal, em monitoramento , alerta , alarme e resposta a emergências e desastres naturais e antropogênicos;

- 19) Desenvolver estratégias de monitoramento dos rumores e das evidências de desastres biológicos naturais e antropogênicos;
- 20) Promover a capacitação para o enfrentamento de desastres biológicos naturais e antropogênicos;
- 21) Promover ações de recuperação da população e das áreas atingidas por desastres biológicos naturais e antropogênicos;
- 22) Estabelecer a forma de interação com os meios de comunicação e a mídia em geral durante uma emergência em saúde pública;
- 23) Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos comuns para a resposta a emergências em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- **Lei nº 8.080 do SUS (1990):** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- **Portaria nº 1.172 (2004):** Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- **Lei nº 12.187 (2009):** Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- **Portaria nº 4.279 (2010):** Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Decreto nº 7.257(2010):** Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- **Decreto nº 7.616 (2011):** “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- **Portaria nº 2.952 (2011):** Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- **Decreto nº 7.535 (2011):** Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- **Portaria GM/MS nº 888 (2021):** Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- **Lei nº 12.608 (2012):** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- **Decreto nº 7.508 (2011):** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- **Portaria nº 1.378 (2013):** Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- **Portaria nº 2.436 (2017):** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Resolução nº 588 (2018):** Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

- **Portaria nº 188 (2020):** “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- **Decreto nº 10.212 (2020):** “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- **Portaria SES nº 614 (2021):** visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”
- **Portaria SES nº 615 (2021):** visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- **Portaria Nº 260 (2022):** Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- **A Portaria GM/MS Nº 874 (2021):** Dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- **A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC:** Estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

Araranguá é um Município do extremo sul do Estado de Santa Catarina, Região da AMESC, a situação geográfica da cidade é privilegiada, estando às margens da BR 101, localizada no corredor do MERCOSUL. A cidade fica a 210 km de Florianópolis e a 220 km de Porto Alegre. Cidades próximas: Criciúma, Içara, Balneário Arroio do Silva, Forquilha.

- Microrregião: Microrregião do Extremo Sul Catarinense
- Área: 303,799 km²
- Área urbana: 759 km²
- Área rural: 2135 km²

- Data de criação: 03/04/1880
- Data de instalação: 03/04/1883
- Data comemoração: 03/04
- Lei de criação: Lei Provincial Nr. 901 - 03.04.1880
- Município de origem: Laguna
- Altitude: 13 m acima do nível do mar.
- Latitude Sul: 28°56'05'
- Longitude Oeste: 49°29'09"
- População: População: **71.992 habitantes** (fonte: Censo IBGE 2022)
- PIB: 1.833.580.000,00 (em milhões) (fonte: IBGE 2018)
- PIB per capita: 27.132,74 (fonte: IBGE 2018)

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

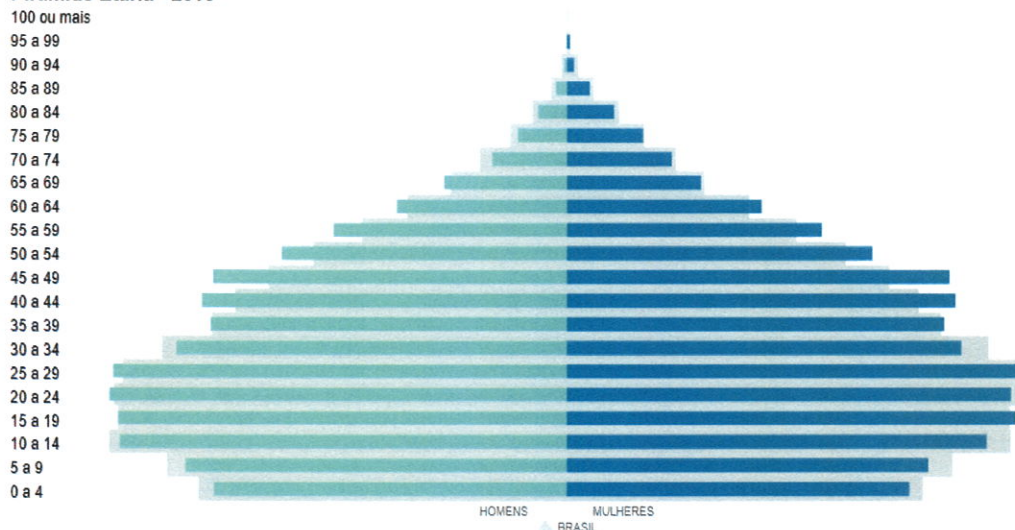
Gentilicio	Araranguaense
Área Territorial	30,819 km² 2021
População Estimada	71.992 pessoas 2022
Densidade Demográfica	202,14 hab/km² 2010
População Exposta ao Risco	2.615 pessoas 2010
População Urbana	50.551 pessoas 2010
População Rural	10.788 pessoas 2010
IDHM - índice de desenvolvimento humano municipal	0,760 2010
Mortalidade	10,38 Óbitos por mil nascidos vivos 2010
Receitas Realizadas	145.710,42 (x1000) 2017
PIB per capita	28.453,67R\$ 2019
Esgotamento Sanitário Adequado	77,5 %

Fonte: IBGE

Conforme o censo de 2010 a população de Araranguá é distribuída entre homens e mulheres. A população masculina representa **30.138**, enquanto a população feminina é de **31.172** hab.

Segue abaixo a pirâmide da faixa etária dos cidadãos de Araranguá de acordo com censo em 2010.

Pirâmide Etária - 2010



3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

IDHM - índice de desenvolvimento humano municipal	0,760 2010
---	------------

3.3 Atividades Econômicas

A economia do município tem como principais atividades a agricultura, a indústria e o comércio. O setor agrícola é movido por aproximadamente 16% da população, que reside no meio rural. Entre os principais cultivos estão: arroz, mandioca, feijão, fumo e milho. No setor industrial são destaques: metalurgia, cerâmica, indústria moveleira e confecções. A produção de mel coloca o município como o maior exportador do país, com a produção do melhor mel do mundo. Título concedido à empresa Prodapys em 2007, na Apimondia, um dos maiores congressos de apicultura do mundo.²⁰ No turismo e hotelaria está o grande potencial de crescimento. Por possuir inúmeras belezas naturais, Araranguá vem se tornando uma cidade voltada para a indústria sem chaminé, trazendo assim, maior qualidade de vida com crescimento sustentável para

seus habitantes e visitantes. A boa infraestrutura está nos serviços, saúde e educação. No ensino superior a cidade é sede do primeiro campus da UFSC. Conta também com o campus do IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), entre outras instituições de ensino superior, tornando-se um grande polo de educação do extremo sul catarinense e norte do Rio Grande do Sul.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O clima do município de Araranguá é Mesotérmico úmido, com verões quentes e temperatura média de 20°C.

3.4.2 Pluviometria

CHUVA ACUMULADA MENSAL – ARARANGUÁ													
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média Anual
2023	108,2	255,2	203	62,6	108	158,4	191,2	71,2	-	-	-	-	
2022	114,2	37	297,8	74,6	248,2	181,4	63,8	80,8	57,4	129,4	71,4	209,2	130,43
2021	150,6	84,6	80	46,4	133,2	229,8	19,2	35,8	156	86,4	59,8	22,6	92
2020	154	62,2	25,6	117,2	24,8	126,6	277,4	68,4	166,8	70,2	127,2	151	114,2
2019	159,4	195	204	135,2	385,6	60,4	105,4	19,6	47,8	174,8	85,6	59,6	136
2018	185,6	73	155,2	77	109	144,6	172,8	72,8	109,6	217,2	90,8	104,6	126
2017	NR	1,6	25,2	NR	NR	NR	1,6	83,8	91,2	126,8	104,8	146,6	48,4
2016	47,6	57	171,8	104,4	46	16,2	140,8	109,4	66,2	159,8	51,2	243,2	101,1
2015	211	267,2	165,8	119,2	252,6	120,2	208	52,6	172	78,6	137,4	137,8	158,7
2014	144,6	202,8	114,8	81,2	81,2	NR	47	86,4	108,8	NR	40,8	117,4	85,4
2013	NR	228,8	181,6	48,8	51	107,8	73,4	411,4	162	67,6	35,8	87	121,2
Média Mensal	141,6	133,1	147,7	86,6	143,9	127,7	118,2	99,2		-	-	-	(mm)

FONTE: <https://tempo.inmet.gov.br/Graficos/A001>

3.4.3 Pedologia



Diagnóstico da população em áreas de risco geológico.

O diagnóstico aqui apresentado considerou as características inerentes a cada uma das bases de dados empregadas e foi obtido a partir da determinação da constante de proporcionalidade entre a dimensão das porções urbanizadas em cada setor censitário e a dimensão das áreas de risco geológico, partindo-se da premissa que a densidade urbana é relativamente homogênea dentro de um determinado setor censitário. Este índice foi calculado para cada uma das áreas de risco geológico consideradas nesta análise e, no caso daquelas que interceptavam mais de um setor censitário, o cálculo foi feito individualmente para cada um dos compartimentos derivados desta interseção.

Resultados

A interseção entre as 17 áreas de risco geológico mapeadas em Araranguá/SC e a área urbanizada localizada nos 82 setores censitários apresentados pelo Censo Demográfico 2010 resultou em 26 polígonos, a partir dos quais foi possível estimar que cerca de 650 domicílios particulares e coletivos estão localizados em áreas de risco geológico alto ou muito alto.

Com relação aos serviços públicos prestados a estes domicílios, foi avaliado que cerca de 84% deles contam com abastecimento de água fornecido pela rede geral do município, 99% possuem banheiro próprio de uso exclusivo

Figura 06 - Síntese dos principais resultados do diagnóstico da população em área de risco geológico.

dos moradores, 97% dispõem de serviço de coleta de lixo e 99% têm fornecimento de energia elétrica. As variáveis associadas à população indicam que na cidade de Araranguá/SC aproximadamente 1.996 pessoas residem em áreas de risco geológico, das quais 49% são homens e 51% são mulheres. Os idosos correspondem a aproximadamente 23% desta fração da população. Dentre a população alfabetizada, 92% são brancos, 7% são pardos, 1% são negros, 0,1% são amarelos e 0,1% indígenas. Cerca de 12% da população é analfabeta. A renda média mensal por domicílio em área de risco é de R\$1.492,96. Quanto aos processos geológicos relacionados às áreas de risco, registra-se que grande parte dos domicílios se encontram em áreas sujeitas a sofrerem perdas ou danos decorrentes de inundações (96,86%). De maneira menos frequente, também foram identificados domicílios em áreas de risco a erosão (1,14%), e queda de blocos (2%).



Figura 07 - Processos geológicos associados
às áreas de risco

3.5 Hidrografia

Os principais rios da bacia hidrográfica, além do rio Araranguá, são: Mãe Luzia, Itoupava, dos Porcos, Amola Faca, Jundiá, Cachorrinho, Engenho Velho, Figueira, Rocinha, Manoel Alves, Sanga do Coqueiro, Turvo, Sangão, Fiorita e São Bento. O rio Araranguá possui suas nascentes localizadas na Serra Geral e deságua no oceano Atlântico, com comprimento de todos os cursos hídricos somados totalizando 5.916 Km e vazão média de 40m³/s. A área total da bacia é de aproximadamente 3.089 km². A quantidade e qualidade da água na bacia do rio Araranguá encontra-se parcialmente

comprometida, em alguns trechos, pelas seguintes atividades: Agricultura; crescimento desordenado das cidades; desmatamentos nas nascentes, das encostas e mata ciliar; efluentes industriais e domésticos; lixo; mineração e salinidade, entre outros.

3.6 Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão responsável pelo planejamento e gestão pública da saúde. O desenvolvimento de políticas sociais, ambientais e econômicas visando a redução do risco de doença e outros agravos, em obediência à legislação vigente e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	ENDEREÇO	TELEFONE (48)
Hercílio Luz	Rua Jorge Lacerda, 213. Próximo do Distrito.	98837-1204
Morro dos Conventos	Rod. Mun. Valmiro Manoel Gonçalves, SN. Próximo ao Posto de Gasolina.	3524 - 7171
Jardim das Avenidas	Rua Flor de Maio, s/n.	3524-2497
Coloninha I	Rua Ivo Almeida Machado s/n. Em frente a Escola.	98864-7520
Coloninha II	Rua Ivo Almeida Machado s/n. Em frente a Escola.	98864-7520
Urussanguinha	Rua Guilherme Kretchemam, nº 193.	98865-2139

	Em frente a igreja católica.	
Vila São José	Rua Antônio Raupp, nº 197. Escola Clóvis Goulart.	98864-7988
Divinéia e Alto Feliz	Rodovia Governador Jorge Lacerda, s/n. Próximo ao Corpo de Bombeiros. Bairro Alto Feliz.	98841-5584
Cidade Alta	Rua Glácomo Mazzuco, 43. Em frente a Praça Sagrada Família	3903 – 1912 98864-5200
Mato Alto	Rua Dorvalina Brocca Pascoali, 813. Esquina com a Avenida XV de Novembro.	3903 - 1920 99865-2139
Lagoão	Rua Dorvalina Brocca Pascoali, 813. Esquina com a Avenida XV de Novembro. Bairro Mato Alto.	3903 - 1920 99865-2139
Jardim Cibebe	Rua Joaquim C. Medeiros 353. Próximo ao Colégio Jardim Cibebe.	98821-6935
Polícia Rodoviária	Rua Marcelo Todeschini, 100.	3903 – 1914

	Próximo a Nova Creche.	
Sanga da Areia	Rua Manoel Patrício Cândido Teixeira, 64. Na rua da Igreja Católica e uma rua antes da única farmácia do bairro.	3524 – 0067
Sanga da Toca	Rua Serafim Manoel de Souza, 165. Próximo a Escola. Bairro: Sanga da Toca II.	98864-2840
UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	TELEFONE
Secretaria Municipal de Saúde de Araranguá	Avenida Sete de Setembro, 1430. Bairro: Centro	98834-7304
SAE- Serviço de Atendimento Especializado	Avenida Sete de Setembro, 2790. Bairro: Vila São José.	3903-1908
Centro de Assistência Psicossocial – CAPS	Rua Silvério Júnior, s/n. Anexo Unidade Central Bom Pastor. Bairro: Centro.	98834-8121
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas	Rua Coronel Apolinário, 254 - Fundos Centro	48-9886487 99

Bem Estar Animal	Rua Lourival de Oliveira Martins Bairro: Polícia Rodoviária - Antigo Posto	48.98841-3 191
Ambulatório de Álcool e Outras Drogas	Avenida Sete de Setembro, 2790 - Bairro: Vila São José	NA
CAF Central de agendamento Almoxarifados Farmácias	Av Sete de Setembro, 1233. Bairro: Centro	988349165 988399107 988495105
Imunização	Rua Irineu Bornhausem, 26 Bairro: Centro	(48) 9 88652139
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	ENDEREÇO	TELEFONE
UPA	Avenida XV de Novembro, s/n. Em frente ao IFSC. Bairro: Mato Alto.	3903 - 1922 48 98838-8779

Hospital Regional Deputado Afonso Guizzo (HRA)	R. Castro Alves, 303 - Coloninha, Araranguá	(48) 3521-1300
SAMU	R. Gov. Jorge Lacerda, 1229 - Alto Feliz,	192

São os serviços da Secretaria municipal de saúde que o SUS oferece para o atendimento da integralidade da assistência à saúde, que envolve a Atenção Básica, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Assistência Farmacêutica, Rede de laboratórios e Suprimento de sangue e derivados).

3.7 Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social e Habitação coordena, acompanha e desenvolve programas federais propostos pela assistência social, como por exemplo: o Cadastro Único, o CRAS, o CREAS, bem como os projetos e programas habitacionais tanto federais como estaduais.

SECRETÁRIO(a) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO: Dione Cesa

Endereço: Av. 15 de Novembro - Aeroporto, Araranguá - SC, 88900-000

Telefone: (48) 3521-3500

3.8 Segurança Pública

NOME	ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
Titular			
Comandante: Cap. Marcolin	Corpo de Bombeiros	193	
Comandante: Ten. Cel. Zanette	Polícia Militar	190	
Delegado: Dr. Diego Haro	Central de Polícia Civil	(48) 3529-0144	

3.9 Obras

Compete à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: fiscalizar e executar as obras municipais, conservar as estradas, vias e logradouros públicos, assim como, conceder e fiscalizar os serviços de utilidade pública.

SECRETÁRIO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS: Cristiano Coral
Endereço: Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 - Centro, Araranguá - SC, 88900-000
Telefone: (48) 3521-0900

4- Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Abaixo pontuamos alguns períodos em que houve registro de Desastres Naturais nos últimos dez anos de acordo com a metodologia que foi nos orientada. Porém não encontramos registros no (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres) que completem o período, somente foram registrados até 2015.

4.1. Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês/A no	Classificação de Desastres (COBRADE) ANEXO-XX	Breve Relato
28/02/2013	13215 – Tempestade Local/Convectiva – Vendaval	*Desabrigados: 50 *Unidades Habitacionais Danificadas: 40
26/08/2013	12200 – Enxurradas	Desalojados: 200 Unidades Habitacionais Danificadas: 20 Instalações públicas de saúde Danificadas: 01 Instalações públicas de ensino Danificadas: 02 Instalações públicas prestadoras de outros serviços Danificadas: 01 Instalações públicas de uso comunitário Danificadas: 01

29/01/2014	13215 – Tempestade Local/Convectiva – Vendaval	Unidades Habitacionais Danificadas: 27 Unidades Habitacionais Valor: 80000
19/02/2014	12200 – Enxurradas	Desabrigados: 322 Desalojados: 69 Unidades Habitacionais Danificadas: 54335 Unidades Habitacionais Destruídas: 2 Unidades Habitacionais Valor: 2000000 Obras de infraestrutura pública Valor: 1694500
28/02/2014	12200 – Enxurradas	Outros Afetados: 55000
09/04/2015	12200 – Enxurradas	Desabrigados: 12 Obras de infraestrutura pública Danificadas: 27 Obras de infraestrutura pública Destruídas: 11 Obras de infraestrutura pública Valor: 1000000

09/04/2015	13215 – Tempestade Local/Convectiva – Vendaval	Outros Afetados: 50
13/05/2015	12200 – Enxurradas	Obras de infraestrutura pública Valor: 70000
24/06/2015	13212 – Tempestade Local/Convectiva – Tempestade de Raios	Desalojado: 3 Unidades Habitacionais Danificadas: 1
02/10/2015	22410 – Transporte de produtos perigosos rodoviário	Poluição ou contaminação do solo: DE 0% A 5%

FONTE: RELATÓRIO GERENCIAL – DANOS INFORMADOS 2013,2014 e 2015. <https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>

4.2 RELATÓRIO GERENCIAL – RECONHECIMENTOS REALIZADOS

DATA do D.O.U: 10/07/2014

DESASTRE: ENXURRADA

Nº do D.O.U: 179

4.3 RELATÓRIO GERENCIAL – RECONHECIMENTOS VIGENTES 2022

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

DATA: 02/05/2022

COBRADE: 13214 - TEMPESTADE LOCAL/CONVERTIDA CHUVAS INTENSAS.

VIGÊNCIA: 30/10/2022

4.4 RELATÓRIO DE SETORES DE ALTO E MUITO ALTO RISCO EM ÁREA URBANA.

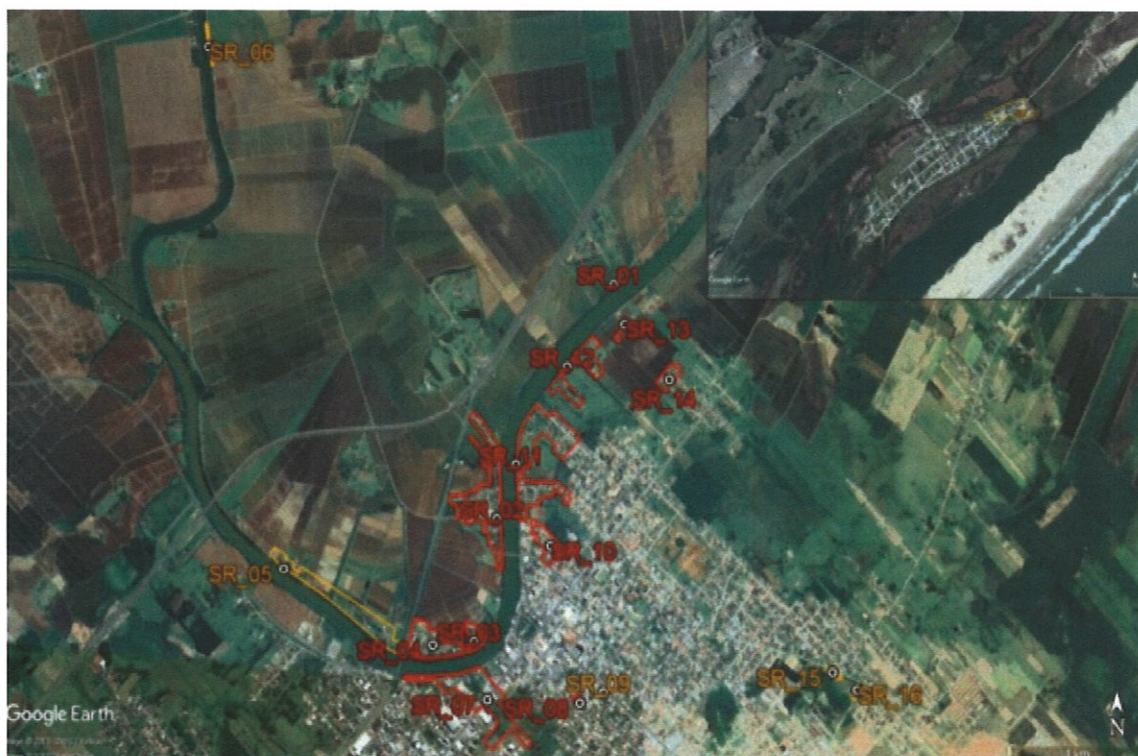
Os dezessete setores de alto e muito alto risco da área urbana do município de Araranguá (SC) estão no quadro abaixo. Neste também estão adicionados bairros ou distritos e trechos de ruas ou avenidas pertencentes a cada setor e os movimentos de massa, feições erosivas ou eventos de inundações e enchentes identificados e/ou que podem ainda ocorrer em cada setor. Na figura 4, que mostra o município de Araranguá, é possível visualizar todos os setores de risco delimitados em campo.

Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE:

Bairro ou Distritos	Logradouro	Código do Setor	Tipologia
Barranca	R: Paulino Luis Pereira	SC_ARARANG_SR_01_C PRM	Inundação
Barranca	R: Paulino Luis Pereira / Rua Dona T. Cristina	SC_ARARANG_SR_02_C PRM	Inundação
Barranca	Rua Luís Spader	SC_ARARANG_SR_03_C PRM	Inundação
Barranca	Rua Vanteiro Nichele / Rua J. Navegantes	SC_ARARANG_SR_04_C PRM	Inundação
Estr.Geral Forquilha Grande	Rua Marcos Patricio	SC_ARARANG_SR_05_C PRM	Inundação
Estr. Geral Sanga do Marco	Rua Marcos Patricio	SC_ARARANG_SR_06_C PRM	Inundação
Centro e Cidade Alta	Av. 7 de Setembro	SC_ARARANG_SR_07_C PRM	Inundação
Centro	Av Capitão P. Fernandes	SC_ARARANG_SR_08_C PRM	Inundação
Centro	Av Getulio Vargas	SC_ARARANG_SR_09_C PRM	Inundação

Centro	Rua Reg Barriga Verde	SC_ARARANG_SR_10_C PRM	Inundação
Vila São José	Rua Cel Apolinário	SC_ARARANG_SR_11_C PRM	Inundação
Vila São José	Rua Cel apolinário - Fazenda São Jorge	SC_ARARANG_SR_12_C PRM	Inundação
Vila São José	Rua Cel Apolinário - Morador Verino Alves	SC_ARARANG_SR_13_C PRM	Inundação
Parque alvorada	Rua Lindóia	SC_ARARANG_SR_14_C PRM	Inundação
Coloninha	Rua Celso ramos	SC_ARARANG_SR_15_C PRM	Queda de Lascas/ Blocos e Deslizamentos
Coloninha	Beco Manoel H. Costa	SC_ARARANG_SR_16_C PRM	Queda de Lascas/ Blocos e Deslizamentos
Comunidade Ilha	Barra Velha	SC_ARARANG_SR_17_C PRM	Inundação





5. Gestão de Risco em Desastres

O setor de saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres (Quadro).

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

A gestão de risco relacionada a emergências em saúde pública compreende o conjunto de decisões administrativas, organizacionais e operacionais, baseadas em critérios técnicos e político--administrativos, adotadas para a implementação de políticas e estratégias de fortalecimento das capacidades institucionais dirigidas à redução dos impactos provocados por situações emergenciais. Inclui, portanto, ações de redução de risco (prevenção, mitigação e preparação), manejo da emergência (alerta e resposta) e recuperação (reabilitação e reconstrução). Vale-se de elementos

técnicos, entre os quais a análise de ameaças, de vulnerabilidades e dos níveis de risco potencial que afetam a saúde da população, realizada pelo setor saúde com a participação de outras instituições.

É, portanto, uma competência de caráter multissetorial e contínuo, que requer a articulação horizontal e transversal, no âmbito do Sistema Único de Saúde, de diferentes setores e atores/instituições.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o Fiscal Sanitário Guilherme Fonseca de Oliveira, alocado na Vigilância Sanitária.

Identificação dos principais riscos locais

Os riscos identificados em nosso município são principalmente de enxurradas e enchentes, as áreas estão devidamente identificadas em mapeamento. Todo mapeamento pode ser localizado no relatório do CPRM, disponível no site:

<https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/18495>.

Arquivos associados a este item			
Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato
sig_ararangua_sc_risco_revisita_2019.zip	Dados vetoriais (SIG)	18.44 kB	WinZip
 produtos_ararangua_sc_risco_revisita_2019.zip		38.4 MB	WinZip

Visualizar/Abbr

Visualizar/Abbr

Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapas	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	-Cooperar com a equipe do PPR-ESP, visando à escolha e o treinamento dos responsáveis e colaboradores dos diversos setores e o estabelecimento de normas e diretrizes quanto à (aos): -Organização, disciplina e segurança das instalações e dos trabalhos; -Procedimentos nas diversas situações de calamidade. - Participar dos treinamentos.

Etapa	Fase	Objetivo
	Mitigação	- Ativar o abrigo, mediante ordem do Grupo de Ações Coordenadas - Convocar os responsáveis do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e os demais setores e voluntários; - Contatar se for o caso, o responsável pelas instalações do abrigo, visando à sua utilização; - Segurança das instalações e dos trabalhos, contando com integrantes, Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros; - Ocorrências no Setor de Saúde. - Relacionar os desabrigados da área de abrangência do seu abrigo. - Comunicações, estabelecendo os postos de radioamadores; - Dirimir quaisquer dúvidas sobre o evento, consultando a coordenadoria municipal de proteção e defesa civil. - Número de desabrigados que foram atendidos e os que ainda permanecem ocupando o abrigo; - Salvamentos realizados;

Etapa	Fase	Objetivo
	Preparação	Participar dos treinamentos, assessorando o coordenador do abrigo, conhecendo sua missão e os demais integrantes da equipe de coordenação.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	O alerta será determinado pela Coordenadoria Municipal de proteção Defesa Civil e atualizado de acordo com as informações atualizadas do sistema de monitoramento e a evolução do desastre e será divulgado através dos veículos de comunicação: www.ararangua.sc.gov.br , rádios locais, telefones e quando possível avisado in loco, através da Prefeitura Municipal, Polícia, Bombeiros, Secretaria de Obras e Secretaria de Saúde. O alarme de desastre iminente, o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, acionará o dispositivo de resposta imediata, evoluindo para uma situação de início na ordenação das operações, onde as equipes poderão de imediato se deslocaram para as áreas de risco e iniciar o procedimento de evacuação.

Etapa	Fase	Objetivo
	Resposta	será organizada de acordo com a matriz das funções de suporte a desastres, estabelecendo ações para: -Socorro: salvamento, atendimento pré-hospitalar, evacuação; -Na assistência às vítimas: abrigo, doações, assistência médica, -Atendimento ambulatorial e hospitalar, etc; -Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da -Energia elétrica, fornecimento de água potável, etc. - O suporte às operações de resposta será realizado primeiramente pelos próprios Órgãos envolvidos, passando a ser realizado de forma integrada nas questões relativas a socorro, assistência às vítimas e reabilitação de cenários, utilizando recursos físicos e mecânicos das secretarias municipais, corpo de bombeiros, polícia militar, polícia civil e SAMU; - Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade do Prefeito, que contará com o apoio do Coordenador de Proteção e Defesa Civil;

Etapas	Fase	Objetivo
		- A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pela COMPDEC;
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	-Reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da energia elétrica, fornecimento de água potável, segurança alimentar, abrigos e serviços clínicos básicos, etc.
	Reconstrução	Coordenar os Projetos de reconstrução a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos da administração, de acordo com suas competências; • Nomear uma comissão especial composta por representantes das secretarias municipais assessoria jurídica e COMPDEC, visando o levantamento dos danos causados às instalações onde funcionarão os abrigos e nos equipamentos requisitados; • Estabelecer uma comissão responsável pela reconstrução determinando um coordenador geral o nomeando através de uma portaria.

Ações a serem desenvolvidas na gestão do risco do **PPR-ESP** quanto ao provimento de:

- Água potável e segura (distribuição de hipoclorito deve ser avaliada);
- Acesso adequado a saneamento;
- Segurança alimentar;
- Abrigos;
- Serviços clínicos básicos.